



Revista Catarinense da Ciência Contábil

ISSN: 1808-3781

revista@crcsc.org.br

Conselho Regional de Contabilidade de

Santa Catarina

Brasil

KALYNKA ROCHA, STEPHANIE; NITZ DE CARVALHO, FERNANDO
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS EGRESSOS DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DA
GRANDE FLORIANÓPOLIS SOBRE O SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO
DIGITAL

Revista Catarinense da Ciência Contábil, vol. 11, núm. 31, diciembre-marzo, 2011, pp. 23
-36

Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477548340003>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS EGRESOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS SOBRE O SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

ANALYSIS OF PERCEPTION OF ACADEMIC UNDERGRADUATE OF ACCOUNTING COURSE OF PUBLIC INSTITUTIONS OF UNDERGRADUATE EDUCATION OF THE REGION OF FLORIANÓPOLIS ABOUT THE PUBLIC SYSTEM OF BOOKKEEPING DIGITAL

STEPHANIE KALYNKA ROCHA

Centro Universitário São José – USJ (SC)

FERNANDO NITZ DE CARVALHO

Centro Universitário São José – USJ (SC)

RESUMO

Atualmente, tanto a evolução tecnológica implantada pelo fisco, quanto a convergência das normas brasileiras de contabilidade aumentaram as responsabilidades dos contadores, exigindo atualização constante dos profissionais. Dentro desse contexto, a pesquisa tem por objetivo diagnosticar a percepção dos acadêmicos egressos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas da grande Florianópolis sobre o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), com o intuito de identificar quais os métodos utilizados para o desenvolvimento profissional, visto que esse tema não consta dos currículos acadêmicos. O método empregado consiste em uma pesquisa descritiva, realizada por meio de levantamento, com enfoque quantitativo. Para refletir as indagações da pesquisa foi aplicado um questionário com os formandos de 2011/1 do curso de Ciências Contábeis das IES públicas da região da grande Florianópolis. Os resultados da pesquisa demonstram que apenas 11% dos acadêmicos afirmam conhecer o SPED, assim como seus respectivos projetos, sendo que 46% afirmam conhecer somente alguns projetos. A pesquisa também demonstra que 53% dos acadêmicos já se qualificaram sobre o tema, desenvolvido por meio de cursos, palestras, aulas e seminários. Os acadêmicos creem que no SPED encontra-se um tema de grande importância, sendo que 89% da amostra acreditam que o SPED transforma a maneira da entrega das obrigações acessórias, simplificando-as e tornando o contador uma peça fundamental para o desenvolvimento de informações confiáveis ao fisco.

Palavras-chave: Evolução tecnológica. SPED. Acadêmicos. Desenvolvimento Profissional.

ABSTRACT

Currently, both the technological development established by the tax authorities, as the convergence of Brazilian accounting standards have increased the responsibilities of accountants, requiring constant updating of the professionals. Within this context, the research aims to diagnose the perception of academic undergraduate of accounting course of public institutions of undergraduate education of the region of Florianopolis about the public system of bookkeeping digital (SPED) in order to identify what methods are used for professional development since this topic is not included in academic curriculum. The method consists of a descriptive survey, conducted through survey, with a quantitative focus. To reflect the questions of the survey was a questionnaire with the students of 2011/1 Accounting course of the public institutions in the region of Florianopolis. The survey results show that only 11% of the students claim to know the SPED, as well as their projects, while 46% claim to know only a few projects. The survey also shows that 53% of the students have already qualified on the subject, developed through courses, lectures, classes and seminars. Scholars believe that the SPED is an important issue, with 89% of the sample believe that the SPED transforms the way the delivery of ancillary obligations, simplifying them and making the counter a cornerstone for the development of reliable information the tax authorities.

Keywords: Technological evolution. SPED. Academic. Professional development.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Contabilidade enfrentou muitas transformações, exigindo dos contadores uma maior qualificação para se manterem no mercado de trabalho e atenderem seus clientes com confiabilidade nas informações transferidas. O SPED apresenta-se como uma das evoluções dos últimos tempos nesse contexto, pois ele é um sistema que tem dentre outros fins unificar as informações contábeis e fiscais das empresas, a fim de fiscalizar, acelerar e identificar ilícitos tributários por meio de cruzamento de dados.

Evidencia-se como um avanço tecnológico implantado pelo Fisco, a fim de modernizar o cumprimento das obrigações exigidas aos contribuintes, em que as informações são passadas ao Fisco por meio digital, diminuindo então a utilização de papel e facilitando com isso a fiscalização, pela integração e compartilhamento de informações.

Portanto, faz-se necessário que a contabilidade transmita informações confiáveis, para que não ocasione problemas futuros para as empresas, pois, após a implementação do SPED, o Fisco terá relevantes informações sobre operações ilícitas. Dentro desse contexto, busca-se com esta pesquisa diagnosticar a percepção que os acadêmicos egressos do curso de Ciências Contábeis das IES públicas da grande Florianópolis possuem sobre o SPED, pois serão eles que futuramente estarão transmitindo os

dados dos seus clientes ao Fisco.

A pesquisa é classificada como sendo do tipo descritiva, realizada por meio de levantamento, com enfoque quantitativo, sendo que, para a obtenção dos resultados propostos, utilizou-se a aplicabilidade de um questionário.

A estrutura dessa pesquisa está dividida em cinco partes, com a finalidade de atingir o objetivo proposto. Após esta introdução, a segunda parte fala sobre o Sistema Público de Escrituração Digital e contextualiza os seus projetos. Em seguida, trata-se dos procedimentos metodológicos da pesquisa. Na quarta parte, é possível visualizar a pesquisa realizada nas IES da grande Florianópolis e analisar a percepção dos acadêmicos sobre o SPED. Na quinta parte, foram enfocadas as considerações finais sobre os principais aspectos que permeiam o assunto.

2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

Com o intuito de demonstrar o quanto o contribuinte desembolsa referente a pagamentos de tributos para o fisco, foram criadas as obrigações acessórias. Essas obrigações ocorrem geralmente em forma de declarações, podendo ser obrigações federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal.

Essas declarações muitas vezes são burocráticas e multiplicam os custos das administrações tributárias e dos contribuintes. (AZEVEDO; MARIANO, 2009)

Por meio de pesquisas, o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT chegou à conclusão, em março de 2009, que o cruzamento de informações, retenção de tributos e fiscalização mais efetiva são os principais responsáveis pela queda da sonegação. Portanto, com o projeto do SPED, o governo pretende simplificar as obrigações acessórias, reduzir a carga tributária, melhorar a qualidade nas informações passadas, aumentar a fiscalização e consequentemente diminuir a sonegação, por meio de cruzamento de informações.

Isso torna-se possível, pois as informações são passadas ao fisco por meio digital, diminuindo a utilização de papel e facilitando a fiscalização pela integração e compartilhamento de dados. Segundo Azevedo & Mariano (2009, p. 37):

Chegamos num ponto em que a continuidade da sistemática de utilização do papel dificulta tanto o contribuinte em cumprir as obrigações quanto o estado de fiscalizar, pela redundância de informações, enorme quantidade de papel armazenada e o tempo perdido, para cumprimento e fiscalização dos procedimentos de controle.

Portanto, as informações serão integradas entre as administrações tributárias, compartilhando as informações transmitidas pelas empresas ao fisco, modernizando e racionalizando a administração tributária brasileira.

A integração e o compartilhamento de informações têm o objetivo de racionalizar e modernizar a administração tributária brasileira, reduzindo custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições, além de fortalecer o controle e a fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias. (CLETO; OLIVEIRA, 2010 p. 11)

Dante do exposto, percebe-se que as informações enviadas ao fisco pelas empresas devem ser confiáveis, pois estas passarão por cruzamentos de dados, facilitando então a gestão fiscal. Para tanto, a qualificação de profissionais contábeis nesse meio é fundamental, para auxiliar os gestores na importância do uso dessa ferramenta.

2.1 Objetivos do SPED

O SPED tem como objetivo integrar as informações acessórias entre as administrações tributárias, a fim de promover atuação integrada entre os fiscais, bem como racionalizar e uniformizar as obrigações para os contribuintes, com o propósito de facilitar a identificação de ilícitos tributários. Segundo a Receita Federal (2011), os objetivos do SPED podem ser definidos, dentre outros, por:

- Promoverem a integração dos fiscais;
- Racionalizarem e uniformizarem as obrigações acessórias para os contribuintes;
- Tornarem mais célere a identificação de ilícitos tributários.

Promover integração entre os fiscais, por meio do cadastro sincronizado entre as esferas governamentais, torna mais fácil o cruzamento de dados.

Com a implantação do SPED, respeitadas as restrições constitucionais e legais, essas esferas de governo poderão consultar numa única fonte todas as informações necessárias, dentro de um leiaute estruturado e capaz de fazer cruzamentos que apontam mais rapidamente inconsistências e o cumprimento poderá, gerando um arquivo padronizado, cumprir suas obrigações acessórias. (AZEVEDO; MARIANO, 2009, p.39)

Adicionalmente, racionalizando e uniformizando as obrigações acessórias, o SPED tem o propósito de se tornar uma transmissão única, atendendo diversos órgãos fiscalizadores.

Segundo Young (2009, p. 17), “com a implementação total deste sistema as obrigações acessórias tendem a reduzir, já que os órgãos poderão tirar as informações que precisam dos balanços e informes que estarão disponibilizados no ambiente SPED”.

Por consequência, torna célere a identificação de ilícitos tributários, pois, com o cruzamento de informações, acredita-se que será mais rápida a identificação de fraudes. De acordo com Azevedo & Mariano (2009, p. 40), “mesmo considerando exceções, como eventuais operações em trânsito, os dados devem sempre ser coerentes, sob pena da fiscalização em tempo quase real identificar irregularidades e lavrar autos de infração de forma muito mais célere”.

2.2 Projetos

Desde quando o SPED surgiu, muitos foram os projetos que se derivaram e, a cada ano, o governo desenvolve novos projetos, a fim de tornar as informações unificadas. Atualmente, o SPED compõe-se de sete grandes projetos, mas outros ainda estão em desenvolvimento. Na sequência, destacam-se os projetos existentes que já estão sendo utilizados:

- Escrituração Contábil Digital – ECD;
- Escrituração Fiscal Digital – EFD;
- Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e;
- Nota Fiscal Eletrônica – NF-e;
- Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e;
- FCONT;
- EFD-PIS/COFINS.

2.2.1 Escrituração contábil digital

A Escrituração Contábil Digital – ECD foi instituída pela Instrução Normativa RFB 787/2007 e consiste na substituição dos livros da escrituração contábil pelos meios digitais.

De acordo com a IN RFB 787/2007, a ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

- Livro Diário e seus auxiliares;
- Livro Razão e seus auxiliares;
- Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamentos comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Ficam obrigadas a adotar a ECD, segundo a IN RFB 787/2007, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB 11.211/2007 e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. Em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. Às demais sociedades empresárias a entrega da escrituração contábil digital é facultativa. A ECD deve ser transmitida anualmente até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano calendário da escrituração e a não entrega dessa escrituração digital nesse prazo implicará em multa no valor de R\$ 5.000,00 por mês (IN RFB787/07). A Receita Federal do Brasil (RFB) apresenta em seu site informações sobre os arquivos

recebidos, referentes à ECD, nos anos de 2010 e 2011. Divulgou-se, que em 2010, a RFB recebeu 112.478 arquivos referentes à ECD e, em 2011, foram 167.097 arquivos recebidos até o mês de agosto. Verifica-se um aumento entre os dois anos e espera-se que anualmente exista um incremento de arquivos recebidos referentes aos projetos do SPED.

O estado de Santa Catarina transmitiu à RFB no ano de 2010 o total de 1.621 arquivos e em 2011 foram 11.707, ficando como o quarto estado a mais receber ECD. O estado que mais recebeu a ECD nesses dois anos foi o de São Paulo.

Destaca-se como relevante que essas informações, transmitidas por intermédio de arquivo digital ao SPED, refletem a realidade, pois a responsabilidade do contabilista e do contribuinte é a mesma que a aplicada na escrituração em papel, devendo estes estar atentos a toda a legislação comercial e contábil exigida.

2.2.2 Escrituração fiscal digital

A Escrituração Fiscal Digital – EFD integra o projeto SPED e foi instituída pelo Convênio ICMS 143/06. Esse projeto, também transmitido em arquivo digital, representa um conjunto de informações fiscais que devem ser entregues ao fisco.

A EFD é de uso obrigatório para os contribuintes do ICMS e IPI, porém, segundo o § 1º do Convênio ICMS 143/06, “O contribuinte poderá ser dispensado da obrigação estabelecida nesta cláusula, desde que a dispensa seja autorizada pelo fisco da unidade federada do contribuinte e pela Secretaria da Receita Federal (SRF)”.

Segundo o Convênio ICMS 143/06, “o arquivo digital conterá as informações dos períodos de apuração do imposto e será gerado e mantido dentro do prazo estabelecido pela legislação de cada unidade federada e SRF”.

De acordo com o art. 33 do Anexo 11 RICMS, no estado de Santa Catarina, “o arquivo da EFD deverá ser transmitido ao SPED até o 20º dia do mês subsequente ao mês da apuração do imposto”. A EFD substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros:

- Registro de Entradas;
- Registro de Saídas;
- Registro de Inventário;
- Registro de Apuração do IPI;

- Registro de Apuração do ICMS;
- Documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP, modelos “C” ou “D”.

Os arquivos enviados ao fisco devem ser analisados, pois por meio da EFD, as operações serão enviadas de forma mais detalhada, por meio digital, facilitando para o fisco a busca de fraudes com o cruzamento de dados.

2.2.3 Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e

O conhecimento de Transporte Eletrônico foi instituído pelo Ajuste Sinief 09, de 25/10/2007. Essa legislação estabelece que a obrigatoriedade da utilização do CT-e será fixada por protocolo ICMS.

Para fixação da obrigatoriedade citada acima, as unidades federadas poderão utilizar critérios relacionados à receita de vendas e serviços dos contribuintes, atividade econômica ou natureza da

operação por eles exercida. (AJUSTE SINIEF Nº 09/07)

A legislação estadual de Santa Catarina, que trata desse projeto, encontra-se no Anexo 11 ao RICMS/SC, atualizado pelo decreto nº 1079, de 15/02/2008, e Portaria SEF nº 117/09 e diz que os contribuintes de SC passaram a emitir o CT-e de forma opcional a partir de julho de 2009.

O CT-e é um documento emitido eletronicamente, com o intuito de documentar a prestação de serviço de transporte de cargas e, segundo a Receita Federal (2011), “tem como finalidade a alteração da sistemática atual de emissão do conhecimento de transporte em papel, por conhecimento de transporte eletrônico com validade jurídica para todos os fins”.

O CT-e poderá ser utilizado pelos contribuintes do ICMS em substituição aos seguintes documentos (AJUSTE SINIEF 9/07, 2011):

Para acompanhar a prestação de serviço de transporte, será impressa uma representação gráfica

Quadro 1- Documentos substituídos pela utilização do CT-e

Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;
Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9;
Conhecimento Aéreo, modelo 10;
Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;
Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27;
Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2011.

simplificada do conhecimento de transporte eletrônico, denominada Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico (DACTE), que serve como instrumento auxiliar para consulta do CT-e.

2.2.4 Nota Fiscal Eletrônica e Nota Fiscal de Serviço Eletrônica

O projeto da nota fiscal eletrônica constituiu-se de forma inovadora com o intuito de substituir as notas fiscais de papéis por documento eletrônico, fazendo com que a solução adotada seja um modelo que atenda às necessidades do Fisco e dos contribuintes.

A Nota fiscal eletrônica – NF-e foi estabelecida

após a aprovação do Protocolo de Cooperação ENAT 03/05 e posteriormente foi instituída pelo Ajuste SINIEF 07/05, que considera a NF-e, como sendo:

O documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

Além da legislação citada, há várias outras normas aplicadas nacionalmente, bem como normas aplicadas ao Distrito Federal e aos Estados

separadamente. Especificamente em Santa Catarina a legislação da NF-e encontra-se no Anexo 11 do RICMS/SC. A obrigatoriedade da NF-e é para os contribuintes previstos nos protocolos de ICMS. A obrigatoriedade se aplica a todas as operações descritas nos protocolos, ficando vedado a essas empresas a emissão de Nota Fiscal modelos 1 e 1-A e a emissão da Nota Fiscal de Produtor, modelo 4. Já os documentos que não foram substituídos pela NF-e devem continuar a ser emitidos de acordo com a legislação em vigor.

O arquivo da NF-e somente terá validade jurídica após ser transmitida eletronicamente à administração tributária e autorizada por meio da respectiva Autorização de uso da NF-e. Para acompanhar o trânsito de mercadoria, acobertado por NF-e ou para facilitar a consulta, foi instituído o Documento Auxiliar da NF-e (DANFE), que apenas poderá ser utilizado para transitar com mercadorias após a concessão da Autorização de uso. Além da Nota Fiscal Eletrônica, há também o projeto da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e, que é “um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços” . (RECEITA FEDERAL; 2011)

A NF-e foi desenvolvida a fim de modernizar a sistemática utilizada para emissão de notas fiscais, facilitando a fiscalização por intermédio do cruzamento de dados. Logo as empresas devem estar cientes da sua importância, pois será por meio daquele documento que o fisco vai monitorar toda a cadeia produtiva em tempo real.

2.2.5 FCONT

Paralelamente, quando ocorreu a mudança na legislação contábil, a preocupação do governo residia no fato de constatar se essas novas normas contábeis trariam efeitos tributários. Assim, criou-se, o Regime Tributário de Transição (RTT), a fim de anular tais efeitos. Com o RTT surgiu o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT), criado com o objetivo de anular os lançamentos que geram efeito tributário. A legislação que regulamenta o RTT e instituiu o FCONT encontra-se na Instrução Normativa RFB nº 949, de 16 de junho de 2009.

O FCONT é uma escrituração das contas

patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, considerando os métodos e critérios aplicados na legislação vigente em 31 de dezembro de 2007. (IN RFB 949/ 2009)

De acordo com o art. 1º da instrução Normativa RFB nº 967, de 15 de outubro de 2009, que aprovou o Programa Validador e Aprovador (PVA) da entrada de dados para o Controle Fiscal Contábil de Transição – FCONT, os dados a serem apresentados por intermédio deste programa consistem em lançamentos referentes aos mesmos fatos, mas considerando critérios diferenciados. São eles:

I - lançamentos realizados na escrituração contábil para fins societários, que devem ser expurgados; e

II - lançamentos considerando os métodos e critérios contábeis aplicáveis para fins tributários, que devem ser inseridos.

§ 2º Partindo-se da escrituração contábil para fins societários, expurgados e inseridos lançamentos conforme os incisos I e II do § 1º, pode ser gerado o FCont definido no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 949, de 2009.

§ 3º No caso da pessoa jurídica que tenha adotado a Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, a escrituração contábil para fins societários, referida no § 2º, será a própria ECD.

§ 4º No caso da pessoa jurídica que não tenha adotado a ECD e esteja sujeita à apresentação do FCont, a apresentação da escrituração contábil para fins societários fica condicionada à intimação por parte da autoridade fiscal.

O prazo fixado para a entrega dos dados citados será o mesmo fixado para apresentação da DIPJ – Declaração de Imposto Pessoa Jurídica.

O FCONT é obrigatório para as pessoas jurídicas sujeitas ao Lucro Real e ao RTT. Assim sendo, a Instrução Normativa RFB nº 1.139, de 28 de março de 2011, revela que “a elaboração do FCONT é obrigatória, mesmo no caso de não existir lançamento com base em métodos e critérios diferentes daqueles prescritos pela legislação tributária, baseada nos critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007”.

2.2.6 EFD-PIS/COFINS

Com a publicação da Instrução Normativa nº 1.052, de julho de 2010, o SPED passou a contar com

mais um projeto, agora para fiscalizar os contribuintes de PIS e Cofins. A EFD – PIS/COFINS foi instituída pela Instrução Normativa nº 1.052, de 5 de julho de 2010, e trata-se de um novo arquivo do SPED, contendo informações sobre as receitas auferidas e os custos e despesas, encargos e aquisições geradoras de crédito de PIS e COFINS. (DUARTE, 2011)

Segundo a Instrução Normativa nº 1.1052, de 5 de julho de 2010, ficam obrigadas a adotar a EFD PIS/ COFINS:

I - em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2011, as pessoas jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 2.923, de 16 de dezembro de 2009, e sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;

II - em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de julho de 2011, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;

III - em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado.

As pessoas jurídicas enquadradas no inciso I e II poderão transmitir a EFD PIS/COFINS até o 5º dia útil do mês de fevereiro de 2012, porém cada um de acordo com o período de apuração que consta na legislação. (IN RFB 1.052/2010)

Portanto, as pessoas jurídicas que se enquadram no inciso I deverão transmitir ao fisco as informações das apurações de abril a dezembro de 2011. Já as pessoas que se enquadram no inciso II deverão transmitir as informações da apuração dos meses de julho a dezembro de 2011. As empresas que se enquadram no inciso III terão até o 5º dia útil do 2º mês subsequente ao mês da apuração para apresentarem os dados de janeiro de 2011. A partir do ano de 2012, ou seja, a partir do próprio ano, todas as pessoas jurídicas obrigadas a esse projeto terão esse mesmo período para transmissão do arquivo para a Receita Federal.

A não entrega da EFD-PIS/COFINS no prazo implica em multa no valor de R\$ 5.000,00 por mês calendário. (IN RFB 1.052/2010)

Observa-se ainda que a geração, o armazenamento e o envio do arquivo digital não

dispensam o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações referente à apuração desses impostos, que devem ser armazenados no prazo estabelecido pela legislação aplicável. (IN RFB 1.052/2010)

A EFD-PIS/COFINS é mais um projeto que contribui para a modernização fiscal brasileira, uniformizando o processo de escrituração dos contribuintes de PIS e COFINS, conforme já é feito com os contribuintes de ICMS e IPI. Percebe-se que os projetos do SPED vêm se multiplicando, a fim facilitar a fiscalização, por meio da integração e do compartilhamento de informações. Portanto, faz-se necessário que a contabilidade transmita informações confiáveis, pois, após a implementação de todos os projetos esperados com o SPED, o Fisco dispara de relevantes informações sobre as operações das empresas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida é do tipo descritiva, realizada por meio de levantamento com enfoque quantitativo. Segundo Silva (2007, p.5), “a pesquisa descritiva, visa descrever as características de determinada população”[...].

Para realização da pesquisa descritiva, realizou-se um estudo de levantamento survey. Esse tipo de pesquisa “envolve a interrogação direta de pessoas cujo comportamento se deseja conhecer acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, identificar as conclusões correspondentes aos dados coletados”. (SILVA, 2007, p. 6)

A população se refere aos acadêmicos egressos de 2011/1 do curso de Ciências Contábeis das IES públicas da grande Florianópolis.

Atualmente, existem duas IES públicas na região da grande Florianópolis: Centro Universitário Municipal de São José (USJ) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A população total dos que frequentam o curso de Ciências Contábeis soma 62 acadêmicos e o total de questionário respondido foi de 28, totalizando uma média de 45% de índice de resposta, aproximadamente. Os índices de resposta das IES foram: 50% provenientes da USJ e 41% da

UFSC. Essas informações são evidenciadas na tabela a seguir:

Tabela 1- Perfil das Amostras nas IES

Perfil da Amostra		USJ	UFSC
População: Quantidade total de alunos		26	36
Amostra: Quantidade de questionários respondidos		13	15
Representatividade da Amostra		50%	41%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2011.

O tipo de amostragem classifica-se como amostragem por acessibilidade, “onde o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo”. (GIL, 2007, p. 104) A técnica utilizada para a coleta de dados desta pesquisa foi o questionário: “pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”. (GIL, 2007, p. 128)

No questionário aplicado aos acadêmicos utilizou-se questões fechadas e dependentes, ou seja, o questionário apresentava alternativas que deveriam ser escolhidas dentre a que mais cabia à situação e uma resposta dependia da resposta dada anteriormente. O questionário foi aplicado aos acadêmicos no período de junho a julho de 2011, com o propósito de atingir os formandos do primeiro semestre do ano em questão.

Aos acadêmicos formandos de 2011/1 do USJ, o questionário foi entregue em mãos durante uma aula. Já, aos formandos de 2011/1 da UFSC, o questionário foi enviado por e-mail, pela dificuldade de encontrá-los em sala de aula no período da coleta de dados. O questionário foi aplicado mediante autorização das coordenações das duas instituições.

Para se chegar ao objetivo final da pesquisa foram analisados os dados obtidos por meio do questionário aplicado com aos acadêmicos da última fase do curso de Ciências Contábeis das instituições de ensino superior (IES) públicas da grande Florianópolis.

Segundo Beuren (2008), analisar dados significa trabalhar com o material obtido durante o processo investigatório, ou seja, os questionários aplicados.

Existem várias formas de se apurar dados, dependendo da necessidade de cada pesquisa e dos recursos disponíveis. Essas formas são: manual, mecânica, eletromecânica ou eletrônica. (TOLEDO; OVALLE, 2008, p. 24)

Os dados coletados foram digitados em uma base de dados, utilizando o software Excel, ou seja, a coleta apurou-se de forma eletrônica. Posteriormente, os dados analisados foram apresentados em forma de tabelas e gráficos. Os dois tipos de apresentação dos dados não se excluem, portanto, nesta pesquisa, utilizou-se apresentação tabular e apresentação gráfica.

Segundo Toledo e Ovalle (2008, p. 25), “a apresentação tabular é uma apresentação numérica dos dados [...]. Já a apresentação gráfica dos dados numéricos constitui uma apresentação geométrica”. A escolha desses dois tipos de apresentação são justificáveis, observando-se que ao apresentar as tabelas, pode-se visualizar os dados de forma numérica. Já a apresentação gráfica permite uma visualização dos dados numéricos por intermédio de uma apresentação geométrica, tornando a visualização mais comprehensível.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

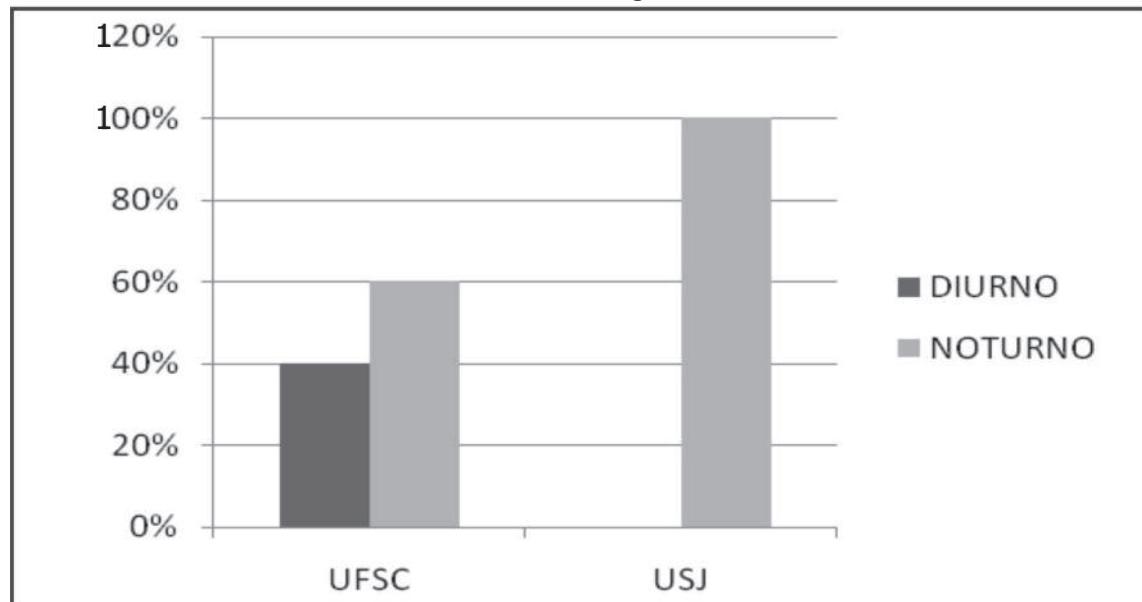
Será apresentado inicialmente o perfil dos acadêmicos egressos de 2011/1, com o propósito de relacionar os dados, com a importância que cada acadêmico oferece ao SPED. Posteriormente, verifica-se a qualificação dos acadêmicos sobre o tema, identificando quais os métodos utilizados para o

desenvolvimento profissional nessa área e em seguida apresenta-se a análise referente à percepção dos acadêmicos sobre o SPED.

4.1 Perfil dos acadêmicos egressos

Para que se chegue a uma conclusão referente à percepção dos acadêmicos sobre o SPED,

Gráfico 1- Período de estudos dos acadêmicos egressos



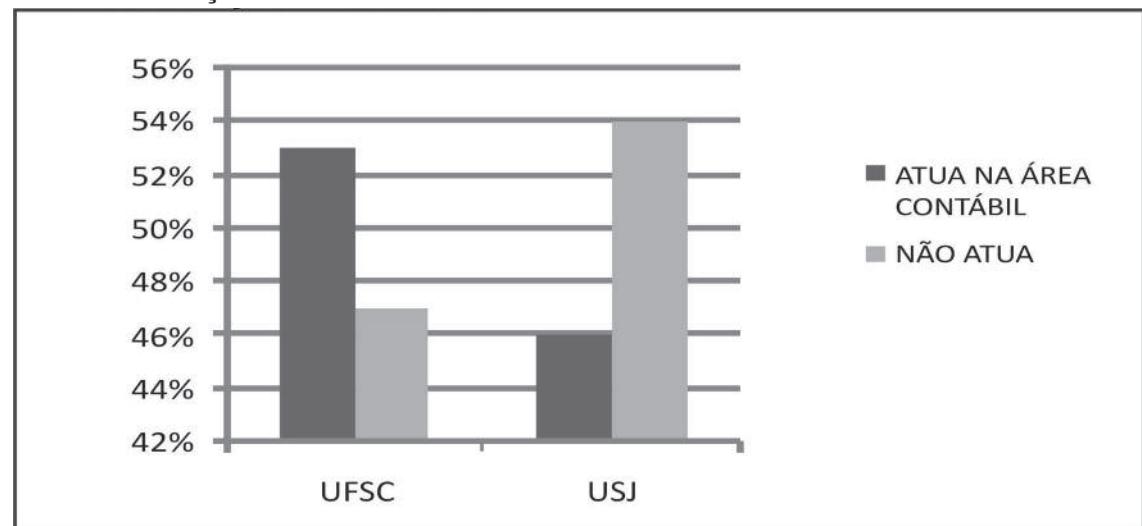
Fonte: Elaborado pelos autores, 2011.

faz-se necessário avaliar algumas variáveis que possam contribuir para um resultado final. Nesse contexto, inicialmente procurou-se uma relação do conhecimento dos acadêmicos com o período de estudo dos mesmos.

Portanto, constatou-se que, da amostra final,

a totalidade dos acadêmicos do USJ frequentavam as aulas em período noturno, pois o centro universitário somente oferece o curso nesse turno. Já na UFSC, que oferece o curso nos períodos diurno e noturno, 60% da amostra vieram de acadêmicos que frequentavam o período noturno e 40% o período diurno. Essas

Gráfico 2- Atuação na Área Contábil



Fonte: Elaborado pelos autores, 2011.

informações são melhores visualizadas no gráfico abaixo:

Outra variável importante de se relacionar com o conhecimento do SPED encontra-se no fato dos acadêmicos atuarem ou não na área contábil, visto que há uma grande chance dos que atuam na área conhecer o SPED, pelo fato desse tema ser motivo de discussão dentro da profissão contábil. Do total da amostra, 50% dos acadêmicos atuam na área contábil e a mesma porcentagem não atua na área, ou não trabalha no momento.

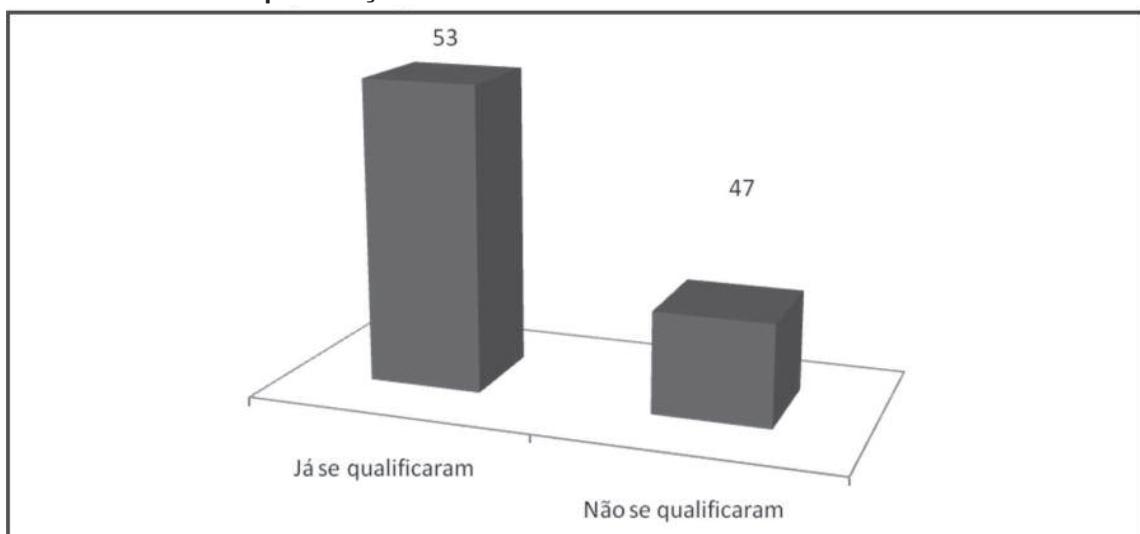
Agora, essa mesma análise, realizada

sobre o SPED, sendo que, da amostra total, 53% já participaram de algum tipo de qualificação sobre o tema, manifestando assim, preocupação em adquirir conhecimento a respeito, conforme demonstração gráfica:

Agora, comparando por IES, percebe-se que 30% dos acadêmicos do USJ já participaram de alguma qualificação sobre o SPED, enquanto que na UFSC 66% já o fizeram.

Ao analisar esses índices com os do período de estudos dos acadêmicos, percebe-se que essa variável, nesse caso, não influenciou a sua qualificação,

Gráfico 3 - Nível de qualificação dos acadêmicos sobre o SPED



Fonte: Elaborado pelos autores, 2011.

por instituição de ensino, demonstra que 53% dos acadêmicos que se formaram na UFSC atuam na área contábil, sendo que no USJ, 46% dos acadêmicos atuam na profissão, conforme demonstração:

Inicialmente, com essas informações, pode-se perceber que cerca da metade dos acadêmicos atuam na área contábil, tornando-se relevante que se conheça os projetos do SPED, pois é um tema que cerca a profissão contábil e que exige a qualificação do profissional.

4.2 Qualificação dos acadêmicos

A qualificação profissional é importante em todas as áreas, pois se manter informado é fundamental para uma profissão com sucesso. Diante disso, questionou-se a qualificação dos acadêmicos

pois 66% dos acadêmicos que estudam no período noturno já se qualificaram sobre o tema, o mesmo resultado para os do período diurno.

Adicionalmente, pode-se também comparar o índice das pessoas que se qualificaram sobre o tema com as que trabalham com empresas obrigadas ao SPED, ou então que trabalham na área contábil.

Neste aspecto, no USJ, dos 30% dos acadêmicos que já se qualificaram sobre o tema, todos trabalham na área contábil, ou trabalham em empresas obrigadas a algum projeto do SPED. Já dos acadêmicos que nunca se qualificaram sobre o tema, apenas 37% trabalha na área contábil, porém nenhum deles trabalha em empresas obrigadas ao SPED, e já o restante, que compreende 63% da população total, não trabalham na área contábil e nem em empresas obrigadas ao projeto.

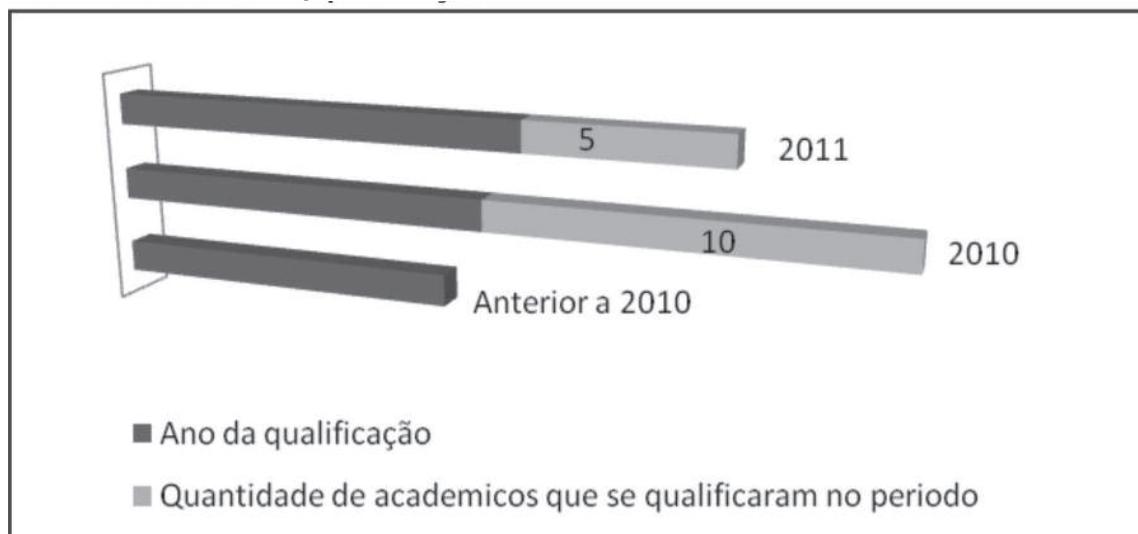
Na UFSC, dos acadêmicos que já se qualificaram sobre o tema, 60% trabalham na área contábil e os outros 40% não estão empregados no momento. Já dos que não são qualificados, 60% trabalham na área contábil e os outros 40% não possuem emprego.

Portanto, percebe-se que um pouco menos da metade dos entrevistados não participou em

qualquer momento de algum tipo de qualificação sobre o SPED. Já os que participaram utilizaram para se qualificar cursos (30%), palestras (30%), seminários (10%) e aulas (30%). Houve alunos que responderam que possuem mais de uma qualificação sobre o tema.

Percebe-se que a qualificação das aulas ocupa a mesma proporção das outras qualificações,

Gráfico 4 - Período da qualificação



Fonte: Elaborado pelos autores, 2011.

o que é fundamental, pois essas aulas aconteceram dentro das próprias instituições de ensino, incentivando o conhecimento dos acadêmicos.

O ano da qualificação também torna-se importante, pois o SPED muda constantemente e a atualização sobre seus projetos é fundamental. Portanto, os acadêmicos foram questionados quanto ao período em que ocorreram essas qualificações e pode-se observar os resultados no gráfico a seguir:

Verifica-se que as qualificações ocorreram nos anos de 2010 e 2011. Dos 15 acadêmicos que participaram de qualificações sobre o SPED, 10 se qualificaram no ano de 2010 e 5 ainda em 2011.

Agora, referente aos projetos que essas qualificações abrangeram, percebe-se, com os resultados da pesquisa, que o SPED fiscal foi o projeto mais abrangido, seguido do SPED contábil e da NF-e. Esses projetos são considerados os principais do SPED, segundo pesquisadores. Consequentemente, são os abrangidos em palestra, cursos e seminários. Os acadêmicos também afirmaram se qualificar sobre outros projetos, como NFS-e e o EFD-PIS/COFINS,

porém não haviam se qualificado ainda sobre os projetos CT-e e FCONT.

4.3 Importância do SPED

Referente à importância do SPED, 96% do total da amostra consideram o tema muito importante, o que é fundamental, pois os contadores devem compreender a importância dos projetos, para se qualificarem e atenderem às exigências impostas pelo fisco da melhor maneira possível.

Dessa população, que considera o SPED importante, uma amostra de 66% considera-o importante para a contabilidade, para o fisco e para as empresas. Assim, pode-se destacar que, com os projetos do SPED, a contabilidade pode ser beneficiada, por exemplo, pela simplificação das obrigações acessórias, como também pela uniformização das informações prestadas às diversas unidades federadas. O fisco pode ser beneficiado, por exemplo, pelo fortalecimento do controle e da fiscalização, por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias, possibilitando o cruzamento de dados contábeis e

fiscais, a fim de aperfeiçoar o combate à sonegação. Já as empresas podem ser beneficiadas, por exemplo, pela redução dos custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos, preservando o meio ambiente, pela redução do consumo de papel, bem como pela redução do tempo disponibilizado para atender auditores fiscais nas suas instalações.

Outra questão levada aos acadêmicos sobre a importância do SPED envolveu os projetos que o sistema possui. O intuito foi diagnosticar qual o projeto mais importante para os acadêmicos.

Apresenta-se que os acadêmicos consideram que todos os projetos são muito importantes, porém a NF-e é o votado como o mais importante, seguido

Tabela 2 - Conhecimento sobre o SPED

Você considera que conhece o SPED, bem como seus projetos?	USJ	UFSC	TOTAL	
SIM	%	3,57	7,14	10,71
NÃO	%	25,00	17,86	42,86
APENAS, ALGUNS PROJETOS	%	17,86	28,57	46,43
TOTAL		46,43	53,57	100

Fonte: Elaborado pelos autores, 2011.

do SPED fiscal e do SPED contábil. Esse resultado é justificado por serem os projetos mais abrangidos nas qualificações feitas pelos acadêmicos.

Apesar de alguns acadêmicos terem se qualificado sobre o SPED, nem sempre isso significa que eles conheçam o tema que está em questão, portanto, eles foram questionados se acreditavam que conheciam o SPED, bem como seus projetos. E as respostas podem ser mais bem visualizadas a seguir:

O que se pode perceber, considerando as duas IES, é que uma média de 11% dos acadêmicos afirmam conhecer o SPED, bem como seus projetos, quando uma média de 43% afirma não conhecer e 46% consideram que conhecem apenas alguns projetos. Observa-se que até mesmo aqueles acadêmicos que já se qualificaram sobre o SPED afirmam, mesmo assim, não o conhecer, visto que o tema é complexo e que há mudança constante em suas legislações.

Apesar de muitos considerarem que não conhecem o SPED, 89% da amostra dos acadêmicos concordaram que o SPED veio para mudar a forma de entrega das obrigações acessórias, simplificando-as e tornando o contador uma peça fundamental para o desenvolvimento de informações confiáveis ao fisco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo constituiu-se em analisar a percepção dos acadêmicos egressos de 2011/1 do curso de Ciências Contábeis das IES públicas da grande Florianópolis sobre o SPED. Para isso, realizou-

se uma pesquisa descritiva, com abordagem de dados de forma quantitativa. Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário encaminhado por e-mail e aplicado em sala de aula nas IES citadas.

Com relação à percepção dos acadêmicos sobre o SPED, constatou-se, da amostra pesquisada, que apenas 11% dos acadêmicos afirmam conhecer o SPED, bem como seus respectivos projetos, sendo que 46% afirmam conhecer somente alguns projetos. Esse resultado pode ser justificado pelo fato do SPED ser um tema recente e de que ainda nem todas as empresas estão obrigadas. Porém, torna-se relevante considerar que o SPED é uma evolução tecnológica implantada pelo fisco e os contadores devem estar cientes que se apresenta de forma permanente e deve ser analisado, para que as empresas não sejam surpreendidas.

Também se constata que 53% da amostra já se qualificaram sobre o tema, porém mesmo os que já participaram de qualificação, afirmam não o conhecerem pelas suas abrangências e particularidades. Portanto, percebe-se que na qualificação constante encontra-se o melhor caminho para o profissional contábil.

Essas qualificações citadas pelos acadêmicos vieram por meio de cursos, palestras, seminários e até mesmo das aulas assistidas nas próprias IES. Logo, verifica-se que as instituições abordam temas que auxiliem no aprimoramento profissional dos alunos, abordando temas contemporâneos e relevantes para o mercado de trabalho.

O SPED é um tema que evolui rapidamente e

que frequentemente apresenta modificações nas suas legislações e novos projetos surgem rotineiramente. Portanto, a qualificação deve seguir o mesmo ritmo, porém extrai-se das constatações que o maior período de qualificação dos acadêmicos aconteceu somente no ano de 2010, causando preocupação, pois caso o conhecimento não seja aprimorado constantemente, não há possibilidade de acompanhar a evolução do tema.

Observa-se, ainda, que o projeto mais permeado durante as qualificações encontra-se no SPED fiscal, seguido do SPED contábil e da NF-e. Esses projetos são os maiores do SPED e estão em funcionamento há mais tempo que os demais, porém conhecê-los se torna fundamental para o desenvolvimento profissional.

Mesmo com os resultados apresentados com a pesquisa, constatou-se que 96% do total da amostra consideram o SPED muito importante. Dessa população, uma amostra de 66% considera o SPED importante, tanto para a contabilidade quanto para o fisco e para as empresas. Destaca-se, portanto, que, com os projetos do SPED, a contabilidade pode ser beneficiada, por exemplo, pela simplificação das obrigações acessórias, como também pela uniformização das informações prestadas as diversas unidades federadas. O fisco

pode ser beneficiado, por exemplo, pelo fortalecimento do controle e da fiscalização, por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias, possibilitando o cruzamento de dados contábeis e fiscais, a fim de aperfeiçoar o combate a sonegação. Já as empresas podem ser beneficiadas, por exemplo, pela redução dos custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel, preservando o meio ambiente, bem como pela redução do tempo disponibilizado para atender auditores fiscais nas suas instalações.

Destaca-se, ainda, que os acadêmicos consideram que todos os projetos são muito importantes, porém a NF-e é o votado como o mais importante, seguido do SPED fiscal e do SPED contábil. Esse resultado é justificado por serem os projetos mais abrangidos nas qualificações feitas pelos acadêmicos.

Diante do exposto, considera-se que a pesquisa cumpre seu propósito, analisando a percepção dos acadêmicos egressos de 2011/1 das IES públicas da grande Florianópolis sobre o SPED, apresentando ainda que 89% da amostra concordam que o SPED veio para mudar a forma de entrega das obrigações acessórias, simplificando-as e tornando o contador uma peça fundamental para o desenvolvimento de informações confiáveis ao fisco.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **SPED: Sistema Pùblico de Escrituração Digital.** São Paulo: IOB, 2009.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL. **Ajuste Sinief 07/05.** Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2005/aj_007_05.htm> Acesso em: 19 jul. 2011.
- BRASIL. **Ajuste Sinief nº 09,** 25 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2007/AJ_009_07.htm> Acesso em: 21 maio. 2011.
- BRASIL. **Anexo 11 RICMS/SC.** Disponível em: <http://200.19.215.13/legtrib_internet/HTML/REGULAMENTOS/ICMS/RICMS_01_11.htm> Acesso em: 28 ago. 2011.
- BRASIL. **Conhecimento de Transporte Eletrônico.** Disponível em: <<http://www.cte.fazenda.gov.br/>> Acesso em: 21 mai. 2011.
- BRASIL. **Convenio ICMS 143/06.** Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/2006/cv143_06.htm>. Acesso em: 07 mar. 2011>
- BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 787,** de 19 de novembro de 2007. Disponível em : <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 949**, de 16 de junho de 2009. Disponível em : <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legisacao/Ins/2009/in9492009.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 967**, de 15 de outubro de 2009. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2009/in9672009.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1.052**, de 5 de julho de 2010. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legisacao/Ins/2010/in10522010.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1.139**, de 28 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legisacao/Ins/2011/in11392011.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2011

BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/objetivos.htm>> Acesso em: 07 mar. 2011.

BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/nfse/o-que-e.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

CLETO, Nivaldo; OLIVEIRA, Fabio Rodrigues. **Manual de Autenticação dos livros Digital – SPED Contábil – Escrituração Contábil Digital – ECD**: Atualizado até 21 de maio de 2010. São Paulo: FICOSoft, 2010.

DUARTE, Roberto Dias. **Os novos desafios da Escrituração Fiscal Digital**: PIS/Cofins. 2011 Spedito. Disponível em:< <http://www.robertodiasduarte.com.br/publicidade-receba-as-newsletters-ti-inside-online-assine-a-ti-inside-anuncie-quem-somos-contato-home-nfe-sped-certificacao-cases-artigos-servicos-ti-inside-pesquisa/>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atas, 2007.

SILVA, Renata. **Modalidades e etapas da pesquisa e do trabalho científico**. São José: USJ - Centro Universitário Municipal de São José, fev. 2007.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística básica**. São Paulo: Atlas, 2008.

YOUNG, Lucia Helena Briski. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá,2009.

ENDEREÇO DOS AUTORES

STEPHANIE KALYNKA ROCHA

E-mail: stephaniekalynka@bol.com.br

FERNANDO NITZ DE CARVALHO

E-mail: fncarvalho@yahoo.com.br